



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682517 - DF (2021/0233493-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : MARCELO FERRARI MIRANDA REIS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : FELIPE IGOR ALABARSE SOARES - DF064150  
JULIANA CECÍLIA DA SILVA COSTA - DF064156  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS  
**PACIENTE** : MARCELO FERRARI MIRANDA REIS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCELO FERRARI MIRANDA REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (HC n. 0717693-52.2021.8.07.0000).

O paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva.

Sustentam os impetrantes a ilegalidade da segregação cautelar, pois teria sido decretada de ofício pelo magistrado.

Defendem a adequação e a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, tendo em vista as condições pessoais favoráveis do réu, a quantidade não exacerbada e a natureza pouco nociva da droga apreendida, bem como o fato do crime imputado não ser cometido com violência ou grave ameaça.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, com a expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida. Confira-se (e-STJ fls. 218/228):

*"O MM. Juiz de Direito do Núcleo de Audiências de Custódia converteu a prisão em flagrante do paciente em prisão preventiva (ID 261334479, p. 11/12).*

*Observa-se, portanto, que o magistrado converteu a prisão em flagrante do paciente em prisão preventiva sem que houvesse requerimento de prisão formulado pelo Ministério Público (que oficiou pela liberdade provisória) ou pela autoridade policial, o que, à luz do entendimento ora adotado, acarretaria, em princípio, a ilegalidade da prisão do paciente.*

*Todavia, há de se observar que o caso dos autos*

*registra uma peculiaridade que não pode ser ignorada.*

*De fato, posteriormente à decisão do Núcleo de Audiências de Custódia, constatou-se, em consulta aos autos de origem no sistema do Processo Judicial Eletrônico de 1º Grau, que, em 07/06/2021, a douta Defesa constituída formulou pedido de revogação da prisão preventiva do paciente perante o Juízo da Quarta Vara de Entorpecentes do Distrito Federal (ID 93892430).*

*Na ocasião, o Ministério Público oficiou pelo indeferimento do pedido de revogação da prisão preventiva (ID 94001540) e o Juízo a quo indeferiu o pleito (ID 94040034).*

*Vale salientar a existência de julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça reputando válida a prisão cautelar nos casos em que, apesar de inicialmente convertida, de ofício, a prisão em flagrante em prisão preventiva, o vício resta superado quando o Ministério Público, ainda que posteriormente, exara manifestação pela manutenção da prisão preventiva.*

*Nesse sentido:*

*[...]*

*Verifica-se, pois, que os Ministros consideraram que, apesar da ilegalidade inicial da conversão, de ofício, da prisão em flagrante em prisão preventiva, a prisão cautelar deveria ser mantida quando o Ministério Público, posteriormente, oficiou nos autos pela subsistência da preventiva, o que supera o vício inicial.*

*Dessarte, na espécie, tem-se situação idêntica aos casos examinados pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, pois, apesar de o Juízo do Núcleo de Audiências de Custódia ter convertido, de ofício, a prisão em flagrante em prisão preventiva, posteriormente sobreveio nova decisão sobre a prisão, antecedida de manifestação do Ministério Público pela manutenção da preventiva.*

*[...]*

*Conclui-se, dessa forma, que a inicial mácula da conversão, de ofício, da prisão em flagrante do paciente em prisão preventiva foi sanada com a nova decisão que decidiu a respeito da prisão cautelar, precedida da manifestação do Ministério Público pela preventiva, nos termos das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.*

*Assim, não deve ser acolhido o pedido de nulidade da prisão preventiva por atuação oficiosa do magistrado.*

*Passa-se ao exame da prisão preventiva.*

*[...]*

*A materialidade delitiva e os indícios de autoria estão evidenciados pelas declarações dos policiais e da ex-*

*companheira do paciente, pela apreensão de 280,38g de skunk e balança de precisão em poder do paciente, bem como pelo relatório policial noticiando que ele estava sendo investigado pela equipe da Seção de Repressão às Drogas diante de notícias anônimas de que pratica a mercancia ilícita de drogas e por já ter respondido por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas.*

*De outro lado, em relação ao periculum libertatis, não se detecta ilegalidade na decisão apontada como coatora, uma vez que, entendendo inadequadas e insuficientes as medidas cautelares do artigo 319 do Código de Processo Penal, fundamentou a necessidade da conversão da prisão em flagrante em preventiva na existência de indícios de autoria e materialidade delitivas, concluindo pelo perigo que o estado de liberdade do paciente causa à ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta e do risco de reiteração criminosa.*

*Com efeito, as circunstâncias do fato indicam a gravidade concreta da conduta, uma vez que o paciente foi preso em flagrante logo depois de ser avistado em atitude suspeita de venda de drogas para duas pessoas no portão de sua residência, tendo os policiais o abordado quando ele saiu de casa com uma mochila, sendo encontrado no seu interior 05 (cinco) porções da droga conhecida como skunk, com massa líquida de 280,38g, além de balança de precisão.*

*A respeito da droga skunk, o relatório policial esclarece que “a ação do skunk no organismo é a mesma da maconha, no entanto, devido a alta concentração de THC, a possibilidade do usuário tornar-se dependente é bem maior”. Consta, ainda, que a droga skunk é “conhecida como maconha de rico”, e que “um grama desta droga é vendida, em média, por R\$50,00 (cinquenta reais)” (ID 26134478, p. 10), indicando, assim, que a quantidade em poder do paciente poderia alcançar o montante de R\$14.000,00 (quatorze mil reais).*

*Ressalta-se, ainda, que os elementos do inquérito noticiam que o paciente supostamente praticava o delito de tráfico de drogas com habitualidade e por meio de divulgação em sua rede social do Instagram, havendo fotos de publicação de ao menos três tipos diferentes de drogas, indicando que fazia do tráfico seu meio de vida, o que evidencia, por ora, a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão para obstar a atividade criminosa do paciente.*

*De fato, a ex-companheira do paciente declarou, perante a autoridade policial, que “o motivo da separação foi o fato dele estar envolvido com tráfico e estelionato. Que durante o período em que morou no Guará com Marcelo o viu com bastante quantidade de skunk guardada na casa. Que ele comercializava uma parte e consumia outra” (ID 26134476, p. 7).*

*Ademais, diante da apreensão na residência do paciente de vários eletrodomésticos ainda nas caixas, com notas fiscais em nomes de terceiros, está sendo apurada a suspeita de que ele está cometendo crimes de estelionatos pela internet, objeto de investigação nos autos do inquérito policial nº 0704161-66.2021.8.07.0014.*

*Assim, a gravidade concreta da conduta e o risco de reiteração criminosa são circunstâncias indicativas da periculosidade real do paciente, bem como fatores que evidenciam que sua liberdade oferece risco à ordem pública e indicam a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão.*

*Nesse sentido:*

*[...]*

*Ademais, o paciente, aos 20 anos, ostenta diversas passagens pela Vara da Infância e da Juventude pelos atos infracionais análogos aos crimes de roubo circunstanciado, roubo tentado (duas passagens), além de furto (três passagens) e tráfico de drogas (três passagens) (ID 26139564 e 26139567).*

*Ressalte-se que, embora não se admita a utilização dos atos infracionais para exacerbar a pena-base a título de Maus antecedentes ou personalidade, a jurisprudência desta Corte admite a sua consideração como indicação da reiteração na prática de atos ilícitos, para fins de aferição da necessidade da prisão preventiva.*

*Nesse sentido:*

*[...]*

*Por fim, eventuais condições pessoais favoráveis do paciente não são suficientes, por si sós, para a concessão da liberdade provisória, se estão presentes os requisitos da prisão preventiva.*

*Confira-se:*

*[...]*

*No que se refere à alegação de afronta ao princípio da proporcionalidade ou da homogeneidade, vale salientar que a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que “mostra-se precipitada a alegação de que a paciente, no caso de eventual condenação, fará jus a regime de cumprimento mais brando, pois tais considerações são prematuras, sendo certo que somente após a conclusão da instrução criminal será possível ao julgador estabelecer a pena adequada ao caso, o seu regime de cumprimento” (Acórdão n.1161600, 07044856920198070000, Relator: SILVANIO BARBOSA DOS SANTOS 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 29/03/2019, Publicado no DJE: 02/04/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.). Ainda que assim não fosse, o Ministério Público deixou de oferecer acordo de não persecução penal, diante da probabilidade de o paciente não ser beneficiado com a causa de diminuição de pena do artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, dada a quantidade de drogas e por possuir diversas*

*passagens pela Vara da Infância e da Juventude por atos infracionais análogos aos crimes de tráfico de drogas e roubo, o que evidencia a possibilidade, em tese, de aplicação de regime mais gravoso em caso de eventual condenação.*

*Assim, a prisão preventiva é admissível e necessária, sendo que não se verifica o cabimento das medidas cautelares diversas da prisão, porquanto seriam ineficazes e inadequadas para a garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta e do risco de reiteração criminosa.*

*Diante do exposto, denego a ordem de habeas corpus, mantendo a prisão preventiva do paciente."*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência